

INTELECTUAIS E POVO: A construção política de categorias sociais no Movimento de Cultura Popular / MCP, Recife (1960 – 1964).

Bianca Nogueira da Silva¹
bia_nog@hotmail.com

A cultura popular brasileira tem ganhado visibilidade na discussão historiográfica principalmente com os trabalhos devolvidos a partir dos anos 1980. Dentro desse diálogo não há homogeneidade quanto à definição de seus termos e seus espaços de atuação. A Cultura Popular em paralelo a Cultura Erudita apresentam-se ora em sintonia, ora em conflito numa dinâmica que torna possível o desnudamento dos aspectos social e políticos da história de Pernambuco.²

A fim de pensar a história do Recife sob os aspectos culturais da cidade nos deparamos com uma gama de possibilidades, olhares, posturas, estratégias, lugares e entre eles nos propomos a discutir as categorias: intelectuais e povo construídas politicamente que compõe o nosso objeto de estudo, o MCP.

O Movimento de Cultura Popular o (MCP), nasceu no Recife dos anos 1960 numa proposta destoante das adotadas até então pelas gestões públicas anteriores, ou seja, a educação para a formação do cidadão e isso se deve em parte a criação da “Frente do Recife” coligação de partidos políticos alinhados a esquerda que toma o espaço público a partir dos anos 1950. A Frente do Recife surge nas agitações dos anos 1930, segundo o advogado comunista Paulo Cavalcanti, quando ainda informalmente as forças esquerdistas se articulam em campanhas nacionais como do “Petróleo é nosso”, no combate ao acordo militar Brasil - Estados Unidos, passando pela cruzada da Paz, contra a bomba atômica e os agitados momentos de luta cívica contra o processo de desnacionalização da economia nacional.³

A conjuntura Nacional atrelada as difíceis condições econômicas sociais pelas quais o Nordeste atravessava, permitiu o acontecimento do **Congresso de Salvação do Nordeste**, realizado no clube português de 20 a 27 de agosto de 1955, promovido pelo Partido Comunista esse evento tornou-se um espaço de discussão das questões emergenciais que o Nordeste reivindicava como: a seca como questão política e não

¹ Mestranda em história pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

² Existem diversas abordagens historiográficas que discutem construção e a desconstrução das categorias popular versus erudito. Contudo ficamos com as contribuições de Roger Chartier que afirma ser a cultura popular uma categoria construída pelos ditos eruditos e o Nestor Garcia Canclini e seu conceito de hibridação cultural. CHARTIER, Roger. **Cultura Popular: Revisitando um conceito historiográfico**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol 8, n.16, 1995. CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas - Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa et al. 3º Edição. São Paulo: Ed. EDUSP, 2000.

³ O Texto na íntegra discute como se deu essas articulações: CAVALCANTI, Paulo. O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes, São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

geográfica/natural, a reforma agrária o assistencialismo, uma maior parceria do governo federal nos problemas da região, transporte e etc. Como resultados dessas discussões foi produzido um documento batizado como **Carta de salvação do Nordeste** que expunha todos esses pontos.

O evento contou a participação de diversos seguimentos sociais e suas múltiplas ideologias e reuniu: comunistas, anticomunistas, usineiros, sindicalistas, camponeses, comerciantes, intelectuais e artistas, representantes da UDN, PCB, PSB, PTB e PDS.⁴

A representação popular é dilatada após o congresso não só no espaço urbano, mas principalmente no campo. Um dos seus desdobramentos é a formação das Ligas Camponesas que nascem no Brasil ainda nos anos 1940, e ganham novo impulso nos anos 1950. Após o congresso, os trabalhadores rurais mobilizam-se na reivindicação dos seus direitos trabalhistas, num confronto direto contra os grandes proprietários rurais que burlavam a lei no tocante ao pagamento do salário mínimo, do 13º salário entre outros benefícios adquiridos. Essa organização do movimento camponês foi uma das mais abaladoras das instituições políticas nacionais e que mais pânico causou a elite agrária.

Após a realização do Congresso, alguns partidos alinhados mais à esquerda agregaram-se e lançaram para o pleito de 1955 a candidatura de Pelópidas Silveira, num processo que contou com o apoio das massas. Ele embasa seu discurso de campanha na formação e fortalecimento das associações de bairro. E ao assumir o cargo de prefeito, cumpre seu projeto.

Pelópidas já havia sido prefeito do Recife durante seis meses, em 1946, quando foi nomeado pelo então interventor José Domingues, ele desenvolveu uma administração voltada às classes subalternas, empreendeu grandes obras públicas atendendo aos interesses do povo, e sob a bandeira de defesa das causas populares a Frente do Recife põe a classe trabalhadora como ator social ativo, recuperando sua cidadania como prática política.

De caráter assistencial e popular Pelópidas Silveira criou um novo estilo de administração pública, trocou o gabinete pelas ruas, instituiu reuniões quinzenais no teatro Santa Isabel onde ouvia as queixas da população e suas principais reivindicações e, juntamente com seus assessores tomava nota das declarações. Estabeleceu o hábito de publicar sua agenda nos jornais da época, expondo à população os seus horários de

⁴Para um aprofundamento da história e das legendas e compuseram a Frente do Recife recomendamos: AGUIAR, Roberto Oliveira de. Recife da Frente ao Golpe - Ideologias Políticas em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993. E ainda, SOARES, José Arlindo. A Frente do Recife e o Governo do Arraes - Nacionalismo em Crise: 1955-1964. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982. e ainda: BARBOSA, Lúcia Falcão. O castelo de alecrim. Intelectuais no Recife, em 21 de abril de 1960; Recife: UFPE (Tese de Doutorado – História), 2005.

atendimento à sociedade. Essa aproximação com o povo deu-se indubitavelmente via associações de bairro gerando uma conflituosa relação com a câmara de vereadores do Recife, que censurava a administração de Pelópidas por “descartá-los” sendo eles os legítimos representantes do povo. Esse clima de hostilidade gerou entre a prefeitura e os vereadores uma tensão, que se manteve até o fim do seu mandato.

Sob as asas da Frente do Recife estão o PCB, PSB e PTB, o de maior expressão é, sem dúvidas, o PCB que através dela populariza as esquerdas no Estado e ganha expressão nacional, chegando a eleger muitos de seus candidatos.

A Frente do Recife é resultado do desdobramento nacional na fase populista-desenvolvimentista, da pressão do capitalismo, da falência do estado agravado com a desarticulação das elites oligárquicas, e sob essa conjuntura ela se propõe recuperar econômica e politicamente a região e combater todas as formas retrógradas do exercício de poder público.

Sucedendo Pelópidas Silveira, a Frente do Recife leva ao poder Miguel Arraes de Alencar numa disputa que ratifica a sua força política. O perfil popular é consolidado abrindo-se ainda mais o diálogo entre as massas e o governo.

A categoria povo apresentava-se como novidade no discurso político, muito utilizado por Arraes em suas gestões:

Esse fato novo – o aparecimento do povo como categoria histórica – é que explica que eu hoje me encontre, não em nome do povo, não em lugar do povo, mas eu – homem do povo, para assumir o governo do estado.⁵

A proposta de Arraes ao se travestir de povo é criar uma identificação com as camadas populares que apóiam seu governo solidificando-o, num momento de polaridades entre as forças políticas. São nos primeiros passos do governo popular de Arraes que surge a proposta de criação do MCP.

Numa reunião com seus novos assessores, Arraes discute questão educacional na cidade do Recife, que atingia uma preocupante marca de 35% de analfabetos (censo dos anos 1950).⁶ É criado então o Movimento de Cultura Popular a partir de uma proposta de Germano Coelho que se tornou seu primeiro presidente. Contando com a participação de vários intelectuais do período entre eles podemos citar: Anita Paes Barreto, Germana

⁵ Discurso de posse de Miguel Arraes no cargo de governador de Pernambuco, pronunciamento no Recife, perante a Assembléia Legislativa, a 31 de janeiro de 1963. Movimento de Cultura popular – Memorial. Recife, 1986. p. 147.

⁶ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. O movimento e a linha. Presença do Teatro dos Estudantes e d' O gráfico Amador do Recife (1946-1964).Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de doutorado – História), 2005. P. 29.

Coelho, Josina Godoy, Abelardo da Hora, Paulo Freire entre outros o MCP desenvolve atividades de alfabetização e a promoção da cultura pernambucana. A educação vislumbrada por esses intelectuais não era apenas politicamente utilitária, ela não objetivava apenas uma mudança nos números de alfabetizados da cidade. A proposta era politicamente humana, criando o poder do saber do cidadão liberto e livre de dentro para fora. A idéia de criação de um movimento cultural estava presente desde a administração de Pelópidas Silveira, mas é só no governo de Arraes que ela se concretiza.

A educação sempre esteve no projeto e nos discursos daqueles que aspiram ao poder, possivelmente pelo caráter “libertador” que ela carrega, possibilitando uma transformação social no homem. Uma vez no poder, os discursos se metamorfoseiam em medidas paliativa e pouco eficaz. É no combate dessa postura que politicamente que Miguel Arraes (MCP) se apresenta num compromisso de reverter os números apresentados ensinando a população a ler realisticamente seu mundo.

Estruturalmente montado, o primeiro passo dado pelo MCP para uma adesão popular foi o deslocamento das atividades para as periferias do bairro, os interessados em aprender a ler e escrever não precisavam sair de suas comunidades para fazê-lo. As escolinhas de alfabetização eram realizadas nos salões de festas das comunidades, paróquias, associações de bairro ou qualquer outro espaço que pudesse receber umas cadeiras, quadro negro, professores e alunos.

Dentro da experiência emecepista dicomiza-se duas categorias: o povo agente ativo e passivo no processo e os intelectuais que se dispõem a promover uma elevação cultural na cidade a partir de seu gerenciamento. Entre os objetivos base da ação dos intelectuais no MCP estavam:

- 1) Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
- 2) Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo;
- 3) *Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho;*
- 4) Colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada;

5) Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.⁷

Ao se dispor a “proporcionar a elevação do nível cultural da população” a elite emecepista traz em suas atuações um ranço elitista, como advoga o professor José Batista:

(...) Na avaliação da intelectualidade que compõe o Movimento de Cultura Popular, está presente um certo conceito de cultura-modelo e de cultura-referente.⁸

A simpatia por Miguel Arraes cresceu nos setores assistidos pelo MCP e este por sua vez, em resposta a essa camada social buscou uma caracterização de sua gestão como popular, em detrimento de uma opinião de elitista de direita, que via no seu exercício do poder público como uma ameaça comunista. Dentro da assembléia legislativa de Pernambuco as opiniões se dividiam quando as ações de Miguel Arraes principalmente com relação ao MCP:

“Requeremos a mesa, após cumpridas as formalidades regimentais seja inserto na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações com o prefeito do Recife Dr. Miguel Arraes, pela feliz iniciativa da instalação dos trabalhos da meritória campanha pela extinção do analfabetismo, com a criação de numerosas escolas primárias nos diversos bairros dessa capital, a fim de diminuir o terrível déficit escolar existente no município do Recife superior a 100.00 crianças em idade escolar.”⁹

Embora o povo tenha encontrado espaço para exhibir suas manifestações as atividades promovidas nas Praças de Cultura e nos Círculos Populares, dentro e fora do Sítio da Trindade (sede do MCP), a intelectualidade pernambucana se posiciona de forma superior e deste lugar estabelece as diretrizes do Movimento.

A aproximação desses pólos culturais permite um outro olhar para a cultura popular, o que era exótico nos anos 1920, torna-se político a partir dos anos 1950 e transforma-se em arma nos anos 1960.

Através dos eventos produzidos nos bairros do Recife, o povo em cena expõe seu cotidiano de pobreza e exploração, utiliza as peças teatrais, os cordéis e as cantigas para reivindicar seus direitos como cidadão. Esta era a revolução democrática tão temida pelos conservadores, ganhado formas e cores na periferia da cidade, como afirma a professora Silke Weber:

⁷ Grifos nossos. Estatuto do MCP in Memorial do MCP; 1986.

⁸ BATISTA NETO, José. “MCP: O povo como categoria histórica”, in REZENDE, A P. Recife que história é essa?: Ed. Universitária, 1996.

⁹ Declaração do deputado Luiz de França da Costa Lima. Arquivo da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Anais: 05/1960.

“O povo via sua realidade retratada a partir das peças encenadas nas praças e ruas do Recife, eu me lembro de muitas peças do Bertoldo Brecht que estavam no circuito do MCP, não que a motivação maior do público que lotava os espaços fosse ir assistir a sua realidade representada, eles iam pela festa, mas ao chegar lá a identificação acontecia com os enredos, era a realidade do trabalhador, do desempregado, dos mocambos e dos analfabetos virando arte (...)”¹⁰

A proposta vinda a partir de intelectuais do MCP para o povo é de que através da educação formal, ou seja, da apropriação dos conhecimentos do mundo letrado, era possível uma organização social e política, capaz de colocar o Nordeste em sintonia com o desenvolvimento experimentado pelo sul e sudeste do país. A organização política que agitou os anos 1960 em Pernambuco teve, então, como ingredientes principais a educação e a cultura popular.

O MCP dessa forma atende as aspirações da intelectualidade e promove uma efervescente atmosfera cultural, capaz de criar ressonância em outros estados do Brasil. Dentro dessa extensão, destacamos o Centro Popular de Cultura (CPC) promovido pela União dos Estudantes no Rio de Janeiro que proporcionou intenso diálogo entre os artistas do Nordeste e Sul.

Os anos 1960 em Pernambuco devem muito dos seus tensos momentos políticos e sociais as atividades do MCP, que ao proporcionar uma organização e conscientização das massas abala os interesses de uma elite nacional burguesa e direitista adversa a essas posturas.

Os resultados dessas incompatibilidades resultaram no golpe militar de 1º de Abril de 1964, que encerrou não só experiências plurívocas como as do MCP como a castração de inúmeros órgãos de representação popular.

¹⁰ Depoimento colhido numa entrevista com a professora Dra. Silke Weber, departamento de sociologia da UFPE participante do MCP.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife da Frente ao Golpe - Ideologias Políticas em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1993.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929 – 1989): A Revolução da Historiografia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas - Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa et al. 3º Edição. São Paulo: Ed. EDUSP, 2000.

CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi – da Coluna Prestes à Queda de Arraes**. 3º Edição. Recife: Ed. Guararapes, 1980.

_____. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi – Memórias Políticas**. 2º Edição. Recife: Ed. Guararapes, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 5º Edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultura: Entre as Práticas e as Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1985.

GRAMISCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4º Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1980.

JACCOUB, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife: Ed. Massangana, 1990.

NETO, José Batista. **MCP: O Povo como Categoria Histórica**. Coleção Tempos e espaços, Volume I. In: Recife: que história é essa? Recife: 1987.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2º Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

PONTUAL, Virgínia. **Uma Cidade e Dois Prefeitos, Narrativa do Recife nas Décadas de 1930 a 1950**. Recife: Ed. UFPE, 2001.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o Governo do Arraes - Nacionalismo em Crise: 1955-1964**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.

WEBER, Silke. **Política e Educação: o Movimento de Cultura Popular no Recife**. Rio de Janeiro. Dados – Revista de Ciências Sociais. Vol. 27 nº. 2/984.